

ADAM SMITH E AS BASES METAFÍSICAS DA ECONOMIA POLÍTICA*

Francisco José Soares Teixeira**

O EGOÍSMO COMO MEDIAÇÃO ESTRUTURADORA E SOCIOLIZADORA DA PRÁXIS SOCIAL

Partindo do pressuposto de que o homem é por natureza um ser que nasceu para viver numa sociedade mercantil, Smith entende que

“em todo espaço de tempo que medeia entre o berço e a sepultura, dificilmente haverá um só momento em que uma pessoa esteja tão perfeita e completamente satisfeita com sua situação, que não deseje alguma mudança ou melhoria, de qualquer tipo que seja”.¹

Acontece que esse desejo de melhoria, que cada indivíduo carrega consigo, não depende unicamente do esforço individual de cada um. Para melhorar suas condições de existência, o indivíduo precisa da cooperação dos demais membros da sociedade. E não poderia ser diferente, diria Adam Smith, pois ninguém é capaz de, por si só, prover-se de tudo de



Adam Smith

que necessita para sobreviver; ninguém é capaz de produzir, sozinho, tudo de que precisa. Por isso, necessita da cooperação dos demais.

Numa sociedade civilizada — escreve Smith — o homem a todo momento necessita da ajuda e cooperação de grandes multidões, e sua vida inteira mal seria suficiente para conquistar a amizade de algumas pessoas.²

Mas se um indivíduo não pode conquistar a amizade de todos os seus semelhantes, e talvez isso nem faça parte de seus planos, pode, entretanto, ganhar a simpatia e a cooperação de seus vizinhos. Aliás, diz Smith, é assim que agem todos aqueles que precisam da cooperação dos outros para realizar seus interesses pessoais. Smith tem consciência de que as coisas não poderiam ser diferentes. Sabe que, numa sociedade em que a produção é produção para o mercado, é inútil contar-se com a benevolência do próximo para conseguir o que se deseja. “Cada um terá maior probabilidade de obter o que quer”, diz o autor de *A riqueza das nações*,

se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer [...] é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro,

* Este artigo, parcialmente modificado, é parte de um livro que pretendo publicar e que tem como título *Trabalho e valor: para uma crítica da razão econômica*.

** Economista, professor da Universidade Estadual do Ceará (Uece), da Universidade de Fortaleza (Unifor) e professor permanente do Mestrado de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

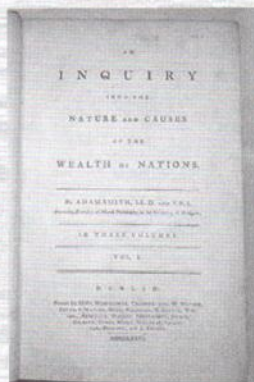
do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.³

É assim que todos agem em sociedade.⁴ Ninguém, por mais pobre que seja, pode viver dependendo da benevolência dos seus semelhantes. Isso não quer dizer que não haja lugar para o desenvolvimento de sentimentos de generosidade, de amor, de gratidão e de amizade.⁵ Tais sentimentos, embora presentes no homem, não são, contudo, a principal força impulsionadora do mundo. O que explica a prosperidade e riqueza de um povo ou nação é, acima de tudo, a busca incessante pela satisfação dos interesses materiais.⁶ Para tanto, os indivíduos devem poder gozar de total liberdade de ação.

É assim mesmo que Smith explica o crescimento e desenvolvimento das nações. Quando uma nação permite aos seus membros gozarem da liberdade de agirem em nome dos seus interesses próprios, no sentido de melhorarem sua própria condição de vida, todos ganham, todos prosperam; a sociedade torna-se mais rica e feliz. Foi este o caminho trilhado pela Inglaterra. Neste país, diz Smith,

embora os altos gastos do governo [...] devam ter retardado o curso natural da Inglaterra em direção à riqueza e ao desenvolvimento, não foi possível sustá-lo. A produção anual da terra e do trabalho na Inglaterra é, sem dúvida, muito maior hoje do que na época da restauração ou da revolução. Em conseqüência, maior deve ter sido também o capital empregado anualmente no cultivo da terra e para manter essa mão-de-obra. Em meio a todas as exceções feitas pelo governo, esse capital foi sendo silenciosa e gradualmente acumulado pela frugalidade e pela boa administração dos indivíduos particulares, por seu esforço geral, contínuo e ininterrupto no sentido de melhorar sua própria condição. Foi esse esforço protegido pela lei e permitido pela liberdade de agir por si próprio de maneira mais vantajosa, que deu sustentação ao avanço da Inglaterra em direção à grande riqueza e ao desenvolvimento em quase todas as épocas anteriores, e que, como é de se esperar, acontecerá em tempos futuros.⁷

Nesta passagem, o autor de *A riqueza das nações* deixa claro que a melhor forma de sociedade é aquela



A riqueza das nações

que propicia aos indivíduos liberdade de iniciativa individual para alocar seus recursos naquelas atividades que julgarem melhor para aumentar o seu capital. Isso só é possível numa sociedade de livre mercado, pois, diz Smith,

não há regulamentação comercial que possa aumentar a quantidade de mão-de-obra em qualquer sociedade além daquilo que o capital tem condições de manter. Poderá apenas desviar parte desse capital para uma direção para a qual, de outra forma, não teria sido canalizada; outrossim, de maneira alguma há certeza de que essa direção artificial possa trazer mais vantagens à sociedade do que aquela que tornaria caso as coisas caminhassem espontaneamente.⁸

Deixados por conta de sua livre iniciativa, todos serão levados como que por uma *mão invisível* a promover o interesse geral da sociedade. Por isso, argumenta o autor de *A riqueza das nações*:

[...] é evidente que cada indivíduo [...] tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade nacional na qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo. O estadista que tentasse orientar pessoas particulares sobre como devem empregar seu capital não somente se sobrecarregaria com uma preocupação altamente desnecessária, mas também assumiria uma autoridade que seguramente não pode ser confiada a alguma assembleia ou conselho, e que, em lugar algum, seria tão perigosa como nas mãos de uma pessoa com insensatez e presunção suficiente para imaginar capaz de exercer tal autoridade.⁹

A defesa smithiana de livre mercado é muito clara: nenhuma autoridade central pode ter conhecimento melhor do que os indivíduos, no que diz respeito a suas decisões de investimentos; e não pode porque nenhum planejador tem condições de dispor de um conhecimento global que permita a coordenação de milhões de decisões tomadas por diferentes sujeitos e com diferentes interesses. Por isso, o mercado é o único mecanismo capaz de suprir essa falta de conhecimento e, assim, coordenar a multiplicidade de decisões e ações dos indivíduos.

Desdobrando melhor seus argumentos em defesa do livre mercado, salta à vista que, para Smith, uma coordenação consciente do mercado seria uma

ameaça fundamental à liberdade e, por extensão, prejudicial ao progresso e ao desenvolvimento da humanidade. É o que também advoga David Ricardo, que defende a liberdade de mercado como condição de possibilidade para a construção do homem como ser do mundo, como *cidadão mundial*. Em suas próprias palavras,

num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e de intercâmbio.¹⁰

O mercado se apresenta, assim, como a única forma de produção e de distribuição da riqueza social, que permite ao homem desenvolver suas aptidões naturais: a busca incessante e ininterrupta para melhorar a sua própria condição de vida. Embora cada indivíduo esteja interessado unicamente no que diz respeito imediatamente a si, a realização do seu interesse particular depende dos outros que, igualmente como ele, precisam da cooperação dos demais.¹¹ Afinal de contas, todos vivem numa sociedade em que a troca é o único meio pelo qual podem conseguir o que desejam.

Essa liberdade de agir, governada unicamente pelo interesse privado, explica, para Adam Smith, o progresso e o desenvolvimento da humanidade. A Inglaterra é o exemplo clássico de que se serve para dar razão a sua investigação das causas e natureza da riqueza das nações.

A BUSCA DA RIQUEZA COMO FUNDAMENTO RACIONAL DA AÇÃO DO HOMEM

Em que se fundamenta Smith para chegar a tais conclusões? O que o autoriza a falar de uma natureza humana orientada para a obtenção da riqueza privada e de uma harmoniza os interesses

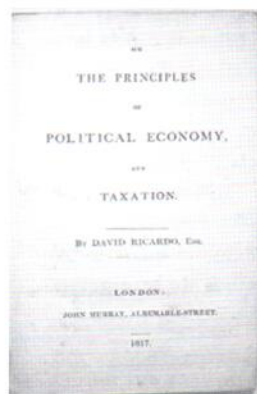


David Ricardo

particulares, consoante com o interesse geral da sociedade? Como sabe o que sabe? Em síntese, como chega a esse conhecimento da natureza humana? Observando o comportamento dos homens em suas ações cotidianas? Se não procede dos fatos empíricos, para, a partir deles, chegar a uma conclusão geral sobre a natureza humana, de onde, então, parte Smith para explicar a conduta humana em seu agir econômico?

Estas indagações levam o leitor da economia política à questão de como os fundadores dessa ciência procedem em sua investigação para se apropriarem da realidade econômica e, assim, transformá-la em objeto de estudo. Em forma de pergunta, quais as regras metodológicas que orientam o conhecimento da economia? Será que essas regras conferem caráter de cientificidade a essa ciência, tal como ocorre com as ciências contemporâneas que orientam o seu saber por meio de leis controladas pela experiência e adquirido metodicamente? A economia política teria, portanto, tal objetivo: produção de conhecimentos que têm por finalidade elaborar prognósticos tecnicamente aplicáveis? Ou, o que é a mesma coisa: até que ponto a economia política pode ser considerada como um conhecimento verdadeiramente científico; um conhecimento fundado em sentenças precisas e úteis, capazes de predições sobre o curso dos eventos sociais?

Seria vão buscar uma resposta diretamente nos compêndios da economia política. Essa ciência, como qualquer outra, não trata das questões metodológicas ou das regras lógicas que sustentam o seu edifício teórico. Com mais razão, se se considerar que estas questões são objetos de estudo da lógica ou da filosofia das ciências. Por isso, elas não aparecem diretamente na investigação e apresentação da teoria econômica; são assumidas como condições de possibilidades para a construção da realidade como objeto de conhecimento econômico.



Princípios de economia política e tributação

Se o conhecimento científico e sua fundamentação obedecem a uma divisão intelectual do saber bem definida, a melhor maneira para começar a analisar o método de investigação da economia seria definir o seu campo de estudo, seu objetivo. Nessa direção, John Stuart Mill, ao que se julga, é quem melhor definiu o interesse que move a produção do conhecimento econômico. Esse filósofo, que escreveu obras sobre lógica e economia, parte do princípio de que a economia, para falar com segurança das questões sociais, deve definir com precisão o seu objeto de estudo. Seguindo-o de perto, Mill defende a idéia de que a economia política deve se ocupar



John Stuart Mill

apenas daqueles fenômenos do estudo social que ocorrem em consequência da busca de riqueza. Faz total abstração de qualquer outra paixão ou motivo humano, exceto aqueles que podem ser considerados como princípios perpetuamente antagônicos ao desejo de riqueza, a saber, a aversão ao trabalho e o desejo da satisfação presente de indulgência dispendiosa. Estas ela considera, até certo ponto, em seus cálculos, porque não apenas, como nossos outros desejos, entram em conflito ocasional com a busca da riqueza, mas acompanham sempre, como um empecilho ou impedimento e estão, portanto, inseparavelmente misturadas em sua consideração. A economia política considera a humanidade enquanto ocupada unicamente em adquirir riqueza e visa a mostrar qual é o curso da ação no qual a humanidade, vivendo em um estado de sociedade, seria impelida se aquele motivo, exceto pelo grau em que é refreado pelos dois perpétuos motivos contrários acima referidos, fosse a regra absoluta de todas as suas ações. Sob a influência desse desejo, ela mostra a humanidade acumulando riqueza e empregando-a na produção de outra riqueza; sancionando por meio de um acordo mútuo a instituição da propriedade, estabelecendo leis para impedir que os indivíduos usurpem, pela fraude ou pela força, a propriedade dos outros, adotando várias invenções para aumentar a produtividade do seu trabalho; ajustando a divisão do produto por meio de acordo e sob a influência da competição (a própria competição sendo governada por certas leis, leis que são, portanto, as últimas reguladoras da divisão do produto); e empregando certos meios (como dinheiro, crédito, etc.) para facilitar a distribuição.¹²

Ao definir o objeto da economia, Mill tinha muito mais em mente os *Princípios de economia*

política de Ricardo do que propriamente a teoria de *A riqueza das nações* de Adam Smith. Este último, como visto há pouco, não entende o homem como um ser puramente econômico, isto é, movido exclusivamente pelo instinto da busca da riqueza pela riqueza.¹³ *A riqueza das nações*, que tem como intuito investigar as causas e natureza do crescimento da riqueza social, insere-se no sistema de Smith

como parte de um todo maior, cujo propósito é pensar os princípios e os conceitos fundamentais do agir e pensar do homem. A atividade econômica é apenas parte desse todo, como se pretende demonstrar mais adiante. Neste sentido, a idéia de Mill de que a economia é uma ciência preocupada exclusivamente com ação do homem em sua busca pela riqueza, no caso de Smith, deve ser entendida como uma abstração que separa a economia da totalidade mais complexa da vida social.¹⁴

Se é assim, como chega a economia política ao seu objeto de estudo? Quem a informa de que sua preocupação é explicar a conduta humana em busca de maior quantidade possível de riqueza e com o menor esforço possível? Dentre as diversas ações que definem o comportamento humano, como demarcar aquelas que deverão integrar, num corpo teórico, coerente e único, o edifício teórico dessa ciência?

AS BASES METAFÍSICAS DA TEORIA SMITHIANA

No caso específico de Adam Smith, o melhor caminho para se chegar a essa demarcação seria recorrer ao testemunho de alguém que acompanhou de perto a construção do seu pensamento: seu amigo pessoal, Dugald Stewart, Em sua biografia crítica sobre a *Teoria dos sentimentos morais e A riqueza das nações*, assim define as idéias centrais dessas obras: “orientar a política das nações para a mais importante classe de suas leis, as que formam seu sistema de economia política, constitui a grande finalidade da Investigação do Sr. Smith”.¹⁵

Mas, quais são esses princípios que deverão nortear a política? Com a palavra Dugald Stewart:

[...] as doutrinas fundamentais do sistema do Sr. Smith são tão amplamente conhecidas [...] O grande e principal propósito de suas especulações é ilustrar como a natureza proveu os princípios do espírito humano, e as circunstâncias da situação exterior do homem, a fim de aumentar gradual e progressivamente os meios de riqueza nacional. Além disso, o autor pretende demonstrar que o plano mais eficaz para levar um povo à grandeza é manter essa ordem de coisas que a natureza indicou, permitindo a todo o homem, enquanto observar as regras da justiça, perseguir, à sua maneira, seu próprio, e trazer sua indústria e seu capital para a mais livre competição com os dos seus concidadãos. Todo sistema de política que se esforce, seja por extraordinários incentivos, para destinar a uma espécie particular de indústria uma parte do capital da sociedade maior que naturalmente atrairia, seja por extraordinárias restrições, para afastar de uma espécie particular de indústria parte do capital que do contrário nela seria empregado, na realidade subverte o grande propósito que deveria promover.¹⁶



Dugald Stewart

Uma leitura atenta desta citação deixa claro que cabe à política a realização da liberdade e do bem comum da sociedade, mediante a observação vigilante dos princípios incondicionados que a natureza gravou no espírito humano. Há uma ordem traçada pela natureza que não deve ser violada pela intervenção dos homens responsáveis pela condução da política social. Iluminados pela teoria, os estadistas deverão cuidar para não deixar a política se desviar da ordem preestabelecida pela natureza. A este respeito, o biógrafo de Smith não poderia ter sido mais direto. Referindo-se aos objetivos últimos que o estadista deve buscar, diz que

a tranqüilidade de sua administração e o sucesso imediato de suas medidas dependem do seu bom senso e sua habilidade prática, enquanto seus princípios teóricos apenas o capacitam a administrar suas medidas de maneira sábia e constante para a melhoria e felicidade da espécie humana, evitando com isso desviar-se dessa importante finalidade por concepções mais limitadas de eficácia provisória.¹⁷

Stewart não poderia ter sido mais claro: há uma ordem teleológica inscrita na natureza, que deve ser observada pela política, de modo que esta possa realizar, na prática, o que esta ordem prescreve aos homens em sua práxis social e política. Nesse sentido, a finalidade da política é trabalhar para ajudar a efetivar as disposições naturais do homem

em sua vida prática. Para isso, ela dispõe da economia, que tem como tarefa traduzir os princípios fundamentais constitutivos da natureza humana.

Se é assim, como é possível ao homem conhecer essa ordem teleológica da natureza e, assim, recomendar a sua aplicação prática? Como se pode notar, esta questão é fundamentalmente de natureza metodológica. Ela abre a porta que dá acesso à problemática do método da economia política. E é com base no método utilizado por essa ciência que se deve responder à questão que pergunta como essa ciência conhece as leis que presidem as ações humanas.

Uma resposta plausível seria a seguinte: é na história que se deve espelhar a economia política, para encontrar as leis universais da conduta do homem em suas ações econômicas. Sem dúvida, quem conhece *A riqueza das nações* sabe muito bem que essa obra é repleta de relatos históricos e exemplos que mostram as formas concretas de ação dos homens em sua busca incessante e ininterrupta para obtenção da riqueza. Em seus estudos comparativos entre as sociedades antigas e as modernas, ou até mesmo nas comparações que faz entre o sistema mercantil e a economia capitalista, Smith encontra extenso material para dar razão à sua tese de que existe uma finalidade última gravada na natureza humana, que impele o homem a buscar sua felicidade material. Logo nos primeiros capítulos de *A riqueza das nações*, Smith, recorrendo a certos exemplos históricos, tem como certo que o desenvolvimento da sociedade é consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa propensão humana, que impõe aos indivíduos a busca ininterrupta e incessante de meios para melhorar as suas condições materiais de vida.

Esta leitura encontra apoio na biografia crítica que Stewart faz da obra de Smith. Referindo-se à distinção entre a política antiga e a moderna, esse autor mostra como os tempos modernos propiciaram as condições necessárias para a realização da felicidade do homem: sua ambição natural para adquirir cada vez mais riqueza. Deixando que o próprio Stewart se manifeste:

[...] as vantagens da política moderna sobre a antiga nascem principalmente de sua conformidade [...] com a ordem de coisas recomendada pela natureza; e não seria difícil mostrar que, onde permanece imperfeita,

seus erros podem ser relacionados às restrições impostas sobre o curso natural dos assuntos humanos.¹⁸

Stewart faz uso dessas argumentações, segundo afirma, para ilustrar

a ligação entre seu sistema [de Smith] de política comercial e as especulações de seus primeiros anos, em que buscava mais declaradamente o avanço do aprimoramento e da felicidade humana.¹⁹

Acontece que há um grande hiato entre os princípios delineados pela teoria e a realidade. Smith tinha clara consciência disso. Como bem notou Stewart, a aplicação prática dos princípios últimos, delineados pela teoria dependeria de uma série de circunstâncias particulares que variam de país para país. Nunca será possível prever de modo infalível que a política efetivará plenamente as predisposições naturais do homem. Principalmente, se se considerar que a história é o lugar da contingência, dos erros e imprevistos, os quais a teoria não pode prognosticar com certeza.

Se é assim, a história não seria o lugar apropriado para descobrir, de modo certo e seguro, os princípios naturais de conduta do ser humano.²⁰ Ora, se a economia política deve estar a serviço da política, enquanto doutrina voltada para traduzir os princípios da constituição humana que conduzem a humanidade para a felicidade, seus fundamentos não podem ser derivados da experiência. Com mais razão ainda, se se levar em conta que, para Smith, a história é lugar de realização desses princípios; não a fonte de sua constituição. Tudo indica que é assim mesmo que ele pensa. Um exame apressado de sua teoria do valor parece não deixar nenhuma dúvida quanto a isso. Quem conhece sua teoria sabe que ela se alicerça numa concepção essencialista de que o homem é um ser da troca. Se é assim, para demonstrar que o trabalho é a verdadeira fonte do valor, Adam Smith parte de um *estado ideal de natureza*²¹ que precede tanto a apropriação privada da terra quanto o acúmulo de capital em mãos de pessoas particulares. Nessas condições, para o autor de *A riqueza das nações*, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador; e a quantidade de trabalho normalmente empregada em adquirir ou produzir uma mercadoria é a única circunstância capaz de regular ou determinar a quantidade de trabalho que ele normalmente deve comprar, comandar ou pelo qual deve ser trocado. Se é assim, a remuneração

que cada um recebe por seu trabalho, para falar em termos smithianos, é igual ao valor do produto, ou, se se preferir, salário e valor são duas grandezas iguais. Em conseqüência, a troca dos diferentes produtos do trabalho se faz de acordo com o *princípio da equivalência*.

Nesse mundo, onde cada um é dono integralmente do produto do seu trabalho, a concorrência entre os diversos produtores estabelece a devida proporção entre quantidades ofertadas e demandadas de mercadorias. Em conseqüência, não haverá excesso ou falta de bens; as necessidades da sociedade são plenamente atendidas.

Mas isso não é o que acontece no mundo real. A interferência do estado, a existência de corporações de ofício, a presença de oligopólios, entre outras coisas, impedem que os recursos da sociedade sejam alocados de acordo com as premissas da teoria do valor. Daí que essa teoria, para Smith, é vista como um referencial, a partir do qual ele lê a realidade do seu tempo e, assim, prescreve como as coisas deveriam ser para que os homens pudessem ser felizes, isto é, pudessem desenvolver e aprimorar suas aptidões naturais em busca de maior riqueza e conforto.²² Nesse sentido, não seria exagero acrescentar que a teoria do valor é a mediação teórica da qual devem os homens se valer para realizar no chão da história os seus fins últimos: a busca pela riqueza e, assim, sua felicidade suprema.

Aos olhos de David Hume, o sistema smithiano não poderia ser mais metafísico.²³ Amigo particular que fora do autor de *A riqueza das nações* e com quem deve ter mantido acaloradas discussões teóricas, dirige-lhe várias censuras, desabonando o método por ele utilizado, possivelmente por seu caráter metafísico.²⁴ Numa carta datada de 1769, Hume se queixa da ausência do companheiro que se havia retirado do convívio dos amigos para escrever *A riqueza das nações*, afirmando:

[...] estou contente por ter-te em meu horizonte; mas, como também desejaria ter-te ao meu lado, gostaria

Acontece que há um grande hiato entre os princípios delineados pela teoria e a realidade.

que tomássemos certas medidas para esse fim [...]. Quero saber o que tens feito, e exijo uma rigorosa descrição do método em que tens te ocupado nesse teu retiro. Estou seguro de que estás errado em muitas de tuas especulações, em particular as que têm a infelicidade de divergir das minhas.²⁵

Como se sabe, em sua crítica à metafísica, David Hume demonstra que a razão, por meio de conceitos, é incapaz de pensar *a priori* uma relação necessária entre causa e efeito.²⁶ Somente a experiência, diz Hume, pode fornecer essa relação. Não de forma rigorosamente necessária, pois nada pode garantir que um efeito sempre se seguirá à sua causa. Sendo assim, a relação causa e efeito não passaria, para ele, do hábito que as pessoas adquirem ao ver um determinado fenômeno seguir-se a outro.²⁷ Se não há relação necessária de causalidade, o conhecimento será sempre relativo e parcial. Se é assim, não é possível nenhum conhecimento absoluto sobre os princípios determinantes da conduta humana.

Ora, para quem tinha a ambição intelectual de produzir um referencial teórico fundado em certezas inabaláveis, o ceticismo de Hume não poderia ser mais contrário aos propósitos de Smith. As censuras que Hume lhe dirige em carta devem ter soado como um tiro que sai pela culatra. De fato, muito embora Smith tenha recorrido à experiência como instância produtora de conhecimentos, não se deixou enfeitiçar-se por ela. Sabia que, na história, domina a contingência e que, por isso, não oferece um chão seguro para, a partir dele, via indução, construir um saber seguro, que o autorizasse a falar dos princípios universais que devem governar a ação dos homens em busca da realização de sua felicidade. Sua teoria do valor, como antes anunciada, é uma prova disso.

Acontece que não é preocupação da teoria do valor demonstrar a causa primeira que prescreve aos homens uma conduta voltada permanente e ininterruptamente para melhoria de suas condições materiais de existência. Aliás, como visto antes, não é tarefa das ciências ocupar-se de questões metodológicas; essa é uma tarefa reservada à filosofia das ciências. Nesse sentido, não cabia à obra *A riqueza das nações* demonstrar seus fundamentos metodológicos, mas, sim, assumi-los



David Hume

como pressuposto em sua investigação sobre as causas e natureza da riqueza das nações.

Adam Smith, ao que tudo indica, tinha consciência dessa divisão intelectual do saber. Afinal de contas, era filho da modernidade, isto é, de uma época em que as ciências haviam se separado da filosofia, constituindo-se um saber não mais preocupado com os princípios ou essências constitutivas do agir e do pensar. Talvez por isso, atribui à sua *Teoria dos sentimentos morais* a tarefa de fundamentar os princípios que governam a ação humana.²⁸ Na verdade, nessa obra, a preocupação de Smith é dupla: por um lado, sua preocupação é explicar como a teoria pode conhecer a conduta do homem e, por outro, como a partir dessa conduta os homens aprendem a agir moralmente.

Restringindo-se unicamente à questão da fundamentação, como conhece Smith as leis que determinam a natureza humana? Em oposição ao esquema weberiano, sua concepção metodológica poderia ser resumida na seguinte frase: *é preciso ser Smith para entender Smith*.²⁹ Vale dizer: para compreender as paixões constitutivas do ser homem, Smith lança mão de um esquema de "revivência empática" para conhecer as ações alheias. Noutros termos, Adam Smith parte da idéia de que o único modo pelo qual se pode apreender o comportamento alheio é assumir hipoteticamente a situação vivida pelo próximo. Sua argumentação funda-se no princípio de que a natureza dotou o homem do sentimento de experimentar em si a situação do próximo, de experimentar a situação dos outros. Se é assim, o observador, sempre que se coloca na situação do observado, pode experimentar "na pele" os sentimentos de quem sofre.

A essa teoria, Smith dá o nome de simpatia ou solidariedade. Deixando que ele mesmo defina sua teoria, afirma que

por mais egoísta que se suponha o homem; evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela [...]. É fato óbvio demais para precisar ser comprovado, que freqüentemente ficamos tristes com a tristeza alheia; pois esse sentimento, bem como todas as outras paixões originais da natureza humana, de modo algum

se limitam aos virtuosos e humanitários, embora estes talvez sintam com uma sensibilidade mais delicada.³⁰

Será que esse modo de compreender os sentimentos alheios não leva o observador a confundir sua vivência com a do sujeito que é seu objeto de conhecimento? A resposta de Smith é surpreendente. Para ele,

como não temos experiência imediata do que os outros homens sentem, podemos formar uma idéia da maneira como são afetados se imaginarmos o que nós mesmos sentiríamos. Embora nosso irmão esteja sendo torturado, enquanto nós mesmos estamos tranqüilos, nossos sentidos jamais nos informarão sobre o que ele sofre.³¹

Os sentidos, diz Smith, não podem levar um indivíduo para além de si próprio. O pôr-se no lugar do outro não é uma questão que possa ser resolvida mediante o uso dos sentidos. O observador só pode trocar de lugar com o observado na imaginação. Que o diga Smith, para quem, somente

por intermédio da imaginação podemos nos colocar no lugar do outro, concebemo-nos sofrendo os mesmos tormentos, é como se entrássemos no corpo dele e de certa forma nos tornássemos a mesma pessoa, formando, assim, alguma idéia de suas sensações, e até sentido algo que, embora em menor grau, não é inteiramente diferente delas.³²

Em nenhum momento, Smith põe em xeque essa disposição natural de que todo homem é dotado para viver em si situações alheias. A revivência empática parece ser assim uma condição geral do espírito humano. Se é assim, o que Smith tem em mente não é a estrutura do aparelho sensorial, que pode mudar de indivíduo para indivíduo; mas, sim, a estrutura cognitiva do homem enquanto tal, do gênero humano. Sem tal pressuposição, Smith não poderia sentir-se seguro para fazer das disposições naturais do homem o arquétipo da política a ser seguida pelos estadistas.

Se isso é certo, a conclusão óbvia que daí se segue não poderia ser outra: a teoria econômica de Smith está diretamente conectada com a sua concepção metafísica da natureza humana. Essa conexão salta à vista, quando se tem presente a sua teoria do valor, que se assenta em premissas de caráter metafísico, como visto antes. Se é assim, não seria exagero afirmar que a economia anda de



Immanuel Kant

mãos dadas com sua teoria da moralidade. Aliás, esta última fornece os fundamentos para a ação econômica a partir de uma problematização das determinações básicas constitutivas das paixões humanas.

A arquitetura da teoria de Smith imita os grandes sistemas filosóficos: uma teoria dos fundamentos primeiros do agir e do pensar do homem e uma

teoria que, ancorada na primeira, traduz e aplica aqueles princípios na esfera das ações concretas. Tudo indica que é assim mesmo que ele procede. Depois de inventariar e investigar as paixões humanas em sua *Teoria dos sentimentos morais*, Smith destaca dessas paixões aquelas que podem ser reunidas e estudadas sob um departamento particular do conhecimento: a teoria econômica.

Mill, que tanto se dedicou ao estudo do método da economia política, deduz essa ciência a partir de um quadro geral da conduta humana; um quadro geral que antes foi matéria de investigação filosófica. De fato, em primeiro lugar ele investiga as Leis da Mente, que “compõem a parte universal ou abstrata da filosofia da natureza humana e todas as verdades da experiência comum que constituem um conhecimento prático da humanidade devem, na medida em que são verdades, ser resultados ou consequência dessas leis.³³

Partindo de um quadro geral da natureza humana, a economia política deve ocupar-se apenas daqueles fenômenos que ocorrem em consequência da busca de riqueza. Raciocinando a partir desse princípio, que marca e determina o comportamento econômico do homem, diz Mill que

podemos explicar e prever essa parte dos fenômenos da sociedade, na medida em que dependem apenas desta classe de circunstâncias, sem levar em quaisquer outras circunstâncias e, portanto, sem reportar as que levamos em conta às suas possíveis origens em outros fatos do estado social e sem considerar a maneira pela qual essas outras circunstâncias podem interferir, modificando ou anulando, o efeito das primeiras. Pôde assim ser construído um departamento da ciência que recebeu o nome de Economia Política.³⁴

Partindo de um quadro geral da natureza humana, a economia política deve ocupar-se apenas daqueles fenômenos que ocorrem em consequência da busca de riqueza.

Daí, o caráter hipotético da economia política, que decorre do fato de essa ciência se ocupar apenas de uma parte das paixões humanas: aquelas diretamente ligadas à busca natural da riqueza. Informada por esse desejo, que já foi objeto de demonstração pela *Teoria dos sentimentos morais* (Smith) ou pela *A lógica* (Mill), a economia política estuda as ações ligadas àquele desejo, abstraindo as demais paixões humanas. Este é o modo pelo qual a ciência deve necessariamente proceder. Que o diga Mill, para quem a economia política não deve se preocupar com aquelas paixões não ligadas diretamente com a busca de riqueza. “Mas há certos departamentos dos afazeres humanos em que a aquisição de riqueza é o fim principal e reconhecido. A economia política leva em conta unicamente estes últimos”.³⁵

Tudo indica, pelo menos para Smith, que o que recomenda a separação dos fenômenos estudados pela economia é a mesma e única razão: em sua dimensão geral e abstrata, tematiza os fundamentos

primeiros da ação humana; em sua dimensão prática investiga a conduta concreta dos homens em sua vida empírica. Teoria dos fundamentos da natureza humana, teoria política e teoria econômica constituem, assim, momentos integrantes de um sistema de saber, tendo como centro de sua temática a investigação dos princípios gerais, que deverão nortear e fundamentar as leis de convivência que, sob qualquer forma de governo, devem regular a ordem

social de maneira sábia e constante para a melhoria e felicidade da espécie humana. A economia política, enquanto parte desse sistema de saber, terá necessariamente um caráter contingencial, o que a transforma numa ciência hipotética, no sentido de que suas predições dependem das circunstâncias empíricas, que variam de país para país.

Um leitor de senso crítico mais aguçado poderia levantar objeções quanto a esta leitura que aqui se faz de Smith, alegando que essa dimensão moral,

atribuída à economia política, está longe de responder às exigências de uma vida verdadeiramente ética. Nessa direção, poderia argumentar que a busca da maior quantidade possível da riqueza, enquanto condição imprescindível para a realização da felicidade humana é, na verdade, a morte do homem enquanto subjetividade, no sentido de que o funcionamento do mercado independe da vontade consciente dos homens.³⁶ Mas, quem disse que, para Smith, o mercado é um mecanismo auto-reflexivo, cuja finalidade repousa em sua própria lei de movimento? Ora, para o autor de *A riqueza das nações*, o mercado repousa, antes de mais nada, numa base antropológica, que determina a extensão e expansão da atividade econômica. Smith não tem um conceito de capital como valor que se autovaloriza, como “objeto-movimento”. Nem poderia, pois, para ele, o dinheiro não é capital, mas simples meio de troca; enquanto tal, existe apenas para contornar as dificuldades do intercâmbio de mercadorias. Para esse pensador, o capital se define a partir da função técnica que as mercadorias assumem no processo de produção: capital são aqueles bens necessários para produção de outros bens. Portanto, o capital não é nenhum poder autônomo, que, em movimento incessante e ininterrupto, faz do mercado resultado do seu próprio movimento. A concepção smithiana de capital está longe disto. Com mais razão, se se levar em conta que, para Smith, o produto do trabalho não nasce já como mercadoria que, movimentando-se cria o seu próprio mercado. Plagiando Marx, poder-se-ia dizer que, para Smith, não são as mercadorias que, movimentando-se, criam o mercado; mas, sim, é pela ação deste que os produtos do trabalho se transformam em valores.

Segue-se daí que o funcionamento do mercado não significa retirar dos homens seu poder de deliberação sobre as coisas. Parece, portanto, não haver razão para se falar da morte da subjetividade do homem pelo mercado, no sentido de que a vida das pessoas seria controlada por esse mecanismo, cujo funcionamento independeria de sua vontade. Por conseguinte, a *economia*, como quer Adam Smith, pode ser vista como uma ciência a serviço da realização da felicidade humana e, assim, reivindicar o estatuto de uma ciência prática.³⁷

Teoria dos fundamentos da natureza humana, teoria política e teoria econômica constituem, assim, momentos integrantes de um sistema de saber [...].

NOTAS

- 1 Adam Smith, *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, vol. II (São Paulo: Nova Cultural, 1985), p. 293.
- 2 *Ibid.*, pp. 49-50.
- 3 *Ibid.*, p. 50.
- 4 O fato de a sobrevivência de cada um não depender da benevolência ou da bondade alheia não significa, para Smith, para falar com Hobbess, que o homem é lobo do próprio homem ou, para falar com Mendeville, que o homem é um ser amoral. Na verdade, o conceito smithiano de felicidade tem raízes no pensamento aristotélico. Referindo-se a este conceito, Giannetti reconhece que, para o autor da *A riqueza das nações...*, o auto-interesse do indivíduo é, em si, um ato virtuoso, pois quem age movido pelo amor a si próprio não só beneficia a si mesmo como também ao próximo. Contrapondo Smith a Mendeville, Giannetti esclarece que o primeiro rejeitou, em sua totalidade, a sua doutrina. Em suas próprias palavras, Giannetti afirma que Adam Smith “rejeitou esta doutrina [de Mendeville], completamente. Ele manteve a existência de algo como uma ação genuinamente moral, e que mesmo o amor próprio pode, freqüentemente, ser um comportamento virtuoso, e digno de louvor. Seu argumento aqui, bem como alhures, carrega a marca do pensamento ético aristotélico. O homem bom deve agir fora do amor próprio, já que ao fazê-lo desta maneira, ele beneficiará ambos, a si e a seus companheiros-cidadãos, e como disse Smith, o amor à virtude é a mais nobre e melhor paixão na natureza humana”. Eduardo Giannetti Fonseca, *Beliefs in action: economic, philosophy and social change* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), p. 35.
- 5 “Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (Adam Smith, *Teoria dos sentimentos morais* (São Paulo: Martins Fonte, 1999), p. 5).
- 6 A busca pela riqueza material não transforma o homem num ser exclusivamente preocupado em acumular riquezas. Uma razão para isso, como se verá oportunamente, deve-se ao fato de que a atividade produtiva repousa numa base antropológica, que determina a extensão e expansão da atividade econômica. Fazendo uso de outros argumentos, Jensen mostra que os motivos da ação econômica têm limites bem determinados. Em primeiro lugar, o desejo de bens de consumo é limitado pelo tamanho do estômago. Enquanto consumidores, argumenta Jensen, “[...] os seres humanos têm um interesse egoístico na aquisição daquelas coisas materiais que ‘previnem suas necessidades [...] gratificam seus desejos, e [...] divertem e entretêm seus [...] anseios’. Estes prazeres constituem ‘uma satisfação real que todas estas coisas são capazes de proporcionar [...]’. Ao lado das reais necessidades, Jensen fala daquelas que não são limitadas pelo consumo, e, assim, parecem não ter limites. Entretanto, citando Smith, Jensen acrescenta que não só o poder de compra do indivíduo tem limites, como também a aquisição da riqueza pela riqueza é um ato enfadonho [*irksome*], por conta do trabalho penoso e do distúrbio [*trouble of acquiring it*] em adquirir cada vez mais riqueza. Mesmo considerando que a busca da riqueza pela riqueza faz parte da natureza humana, mesmo assim, trata-se de uma paixão importante para assegurar o bem-estar da humanidade, pois ela mantém e desenvolve a capacidade produtiva da nação. Novamente citando Smith, Jansen recorre a um trecho da *Teoria dos sentimentos morais* para enfatizar que seu autor saudou o desejo pela riqueza “como um daqueles ‘significados naturais ajustados com os mais belos artificios para fins que eles pretendem produzir’ nominalmente bem-estar e felicidade. E a perseguição de ‘prazeres de riqueza’ ilusórios serve a esses fins admiravelmente porque é esta ilusão que eleva e mantém a indústria da humanidade” (Hans E. Jesen, “The Social Economics Adam Smith”, em *Review of social economy*. Vol. XXXIV, December, 1976, nº 3; p. 35-36).
- 7 Adam Smith, *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, vol. II, cit., p. 296.
- 8 *Ibid.*, p. 378.
- 9 *Ibid.*, p. 380.
- 10 David Ricardo, *Princípios de economia política e tributação* (São Paulo: Nova Cultural, 1985), p. 104.
- 11 Daí porque Smith jamais pensou num mundo governado exclusivamente pelas leis de mercado. O fato de cada indivíduo depender dos demais, “cabe ao Estado garantir a proteção de cada membro da comunidade contra a violência e opressão de cada outro membro. Entre as leis da justiça salientadas por Smith destaca-se: a da prevenção contra o uso da fraude, da força e de práticas anticompetitivas, para se obter vantagens sobre os demais; a garantia de execução de contratos livremente acordados; e a defesa dos direitos de propriedade adquiridos de forma legítima” (Eduardo Giannetti Fonseca, *Vícios privados, benefícios públicos?: a ética na Riqueza das nações* (São Paulo: Companhia das Letras, 1993), p. 124).
- 12 John Stuart Mill, *A lógica das ciências morais* (São Paulo: Editora Iluminuras, 1999), p. 100.
- 13 Adam Smith, *A riqueza das nações...*, cit., p. 50.
- 14 Para o próprio Mill, o desejo de busca de ganho material e da acumulação de capital não é mais do que uma hipótese, pois, segundo ele, nenhum economista defendeu a idéia de que as ações humanas são puramente econômicas. Não sem razão, em seus *Princípios de economia política*, de 1848, Mill se afasta da concepção ricardiana do homem econômico, do homem movido exclusivamente por interesses econômicos. Duas passagens do livro de Giannetti deixam isso muito claro. Na primeira, ele comenta que “Young Mill, por certo, em seu ensaio de 1830 sobre o método econômico, ao ter enveredado por um longo caminho até o ‘homem econômico’ em sua tentativa de examinar e justificar as premissas tácitas que permeiam a economia de Ricardo – a assunção de que nenhum motivo de ação, além do desejo de lucro material e acumulação de capital, deve ser considerado pelo cientista econômico. Isto, ele argumenta, não são mais que premissas hipotéticas, e nenhum economista político seria tão absurdo de supor que a humanidade realmente era assim constituída”. Na segunda passagem, Giannetti comenta que Mill, a partir de 1848, se afasta tanto da ortodoxia ricardiana quanto do utilitarismo de Benthan, o qual ele foi forçado a engolir em sua infância, possivelmente obrigado por seu pai. Em seus *Princípios de economia política*, Mill, literalmente como afirma Giannetti, “já havia se afastado de ambos, a ortodoxia ricardiana e o cruel utilitarismo benthianiano que ele foi forçado a engolir na sua infância e primeira juventude. Em particular, ele cresceu fora da aderência rígida às assunções do homem econômico de Ricardo que ele tentou tão avidamente justificar no seu ensaio programático primitivo” (Eduardo Giannetti da Fonseca, *Beliefs in action...*, cit.; p. 37).
- 15 Dugald Stewart, “Biografia crítica”, em *Teoria dos sentimentos morais*, cit., p. IX.
- 16 *Ibid.*, p. LXIV.
- 17 *Ibid.*, pp. LXVIII-LXIX.

¹⁸ *Ibid.*, p. LXIII.

¹⁹ *Ibid.*, pp. LXIII-LXIV.

²⁰ Jensen tem uma compreensão próxima a essa. De acordo com sua leitura, a teoria de Smith faz uso de duas categorias que obedecem a lógicas diferentes: teórico-hipotética e empírica. Literalmente, diz ele: “A realidade conceitualizada por Smith pode ser vista, portanto, como o produto de um processo intelectual de conceitualização em que ele havia utilizado uma variedade de dados de entrada. Entretanto, em termos de suas fontes, esses dados de entrada podem ser divididos em duas categorias amplas: hipotético-teóricas e empíricas” (Hans E. Jesen, “The Social Economics Adam Smith”, cit., p. 33).

²¹ O estado de natureza é, na verdade, uma construção ideal de que se serve Smith para expor a sua teoria do valor; uma construção apriorística que independe de toda e qualquer experiência, porque fundada numa concepção essencialista da natureza humana. Na verdade, trata-se de um *a priori contingente*, pois não tem o caráter constante e irrecusável, como é o princípio aristotélico de não-contradição, que se repõe sempre que é posto em dúvida por quem tenta negá-lo. É o que acontece com o cético radical que, ao tentar negar o princípio de não-contradição é obrigado argumentar e, assim, fazer uso do que pretende recusar. Noutras palavras, quem tenta negar o princípio de não-contradição, terá de entrar em disputa com aqueles que o defendem enquanto condição indispensável de toda e qualquer fala. Pois, como diz Aristóteles, “se as palavras não têm significado, é impossível toda disputa ou colóquio com os que nos rodeiam: é impossível também entender-se uns com os outros” (Aristóteles, *Obras, Livro V, Metafísica* (Madrid: Aguilar Ediciones, 1967), p. 948).

²² Citando Myrdal, Jensen destaca que o estudo da economia “é e deve ser determinada por avaliações’ no sentido de ‘idéias sobre como a realidade [...] deve ser’” (Hans E. Jesen, “The social economics Adam Smith”, cit., p. 31).

²³ De um modo geral, a metafísica é uma forma de conhecimento associada à idéia de um saber independente de toda e qualquer experiência. Mais do que isso, suas verdades fundam-se em princípios *apriorísticos* considerados irrecusáveis para quem pretende conhecer as coisas tais como são e não apenas como são dadas a conhecer aos homens. Contra a metafísica, “o empirismo britânico é uma crítica virulenta da metafísica, que progressivamente se vai aprofundando até destruí-la completamente. Os empiristas britânicos teriam desenvolvido uma linha de pensamento com o espírito oposto ao espírito dos racionalistas, de tal modo que suas análises conduziram, em última instância, a uma aniquilação dos conceitos metafísicos (idéias abstratas, mundo externo, mundo interno, causa real, etc.), restando-nos somente o mundo dos fenômenos, inegáveis para a nossa consciência. Se não dispomos senão da experiência e do que a reflexão sobre essa nos oferece, então tudo leva a crer que a metafísica é algo impossível para nós. É sobretudo a partir dessa interpretação tradicional que a questão da metafísica ganha sentido no campo dos empiristas clássicos (Plínio Junqueira Smith, *Ceticismo filosófico* (São Paulo/Curitiba: EPU/ Editora da UFRP, 2000), p. 180-181).

²⁴ Sempre que se fizer referência ao pensamento metafísico de Smith, deve-se entender a sua metafísica em duplo sentido: 1) doutrina da essência humana, voltada para a busca de suas verdades de forma *apriorística*, isto é, independentemente de toda e qualquer experiência; 2) teoria normativa, que pensa o que pode ser diferente do existente.

²⁵ Dugald Stewart, “Biografia crítica”, cit., pp. LV-LVI.

²⁶ Referindo-se a essa crítica de Hume, Kant afirma que ele “tomou

como ponto de partida um único, mas importante conceito de metafísica, ou seja, o da conexão entre causa e efeito (e, por conseguinte, os conceitos daí derivados, de força e de ação, etc.); desafiou a razão, que pretende ter gerado este conceito em seu seio, a responder-lhe precisamente com que direito ela pensa que uma coisa possa ter sido criada de tal maneira que, uma vez posta, possa-se depreender daí que outra coisa qualquer também deva ser posta; pois isso é o que afirma o conceito de causa. Demonstrou de maneira irrefutável ser totalmente impossível à razão pensar esta conexão *a priori* e a partir de conceitos, pois ela encerra necessidade; não é possível conceber que, pelo fato de uma coisa ser, outra coisa deva ser necessariamente e como seja possível introduzir *a priori* o conceito de tal conexão [...]. A partir daí concluiu que a razão não tem a faculdade de pensar em tais conexões, mesmo de um modo geral, porque seus conceitos não passariam então de simples ficções e todos os seus pretensos conhecimentos *a priori* não seriam mais do que experiências comuns mal rotuladas, o que equivale a afirmar: não há em parte alguma nem pode haver uma metafísica” (Immanuel Kant, “Prolegômenos”, em *Textos selecionados* (São Paulo: Abril Cultural, 1980), pp. 8-9).

²⁷ Hume, é bom que se diga, não põe em questão a utilidade do conceito de causa para conhecer a natureza. Conforme entende Kant, “a questão não era se o conceito de causa era certo, útil e indispensável a todo o conhecimento da natureza, pois isso Hume nunca colocara em dúvida; mas se era concebido *a priori* pela razão, tende dessa maneira uma verdade interior independentemente de toda experiência e, por conseguinte, uma utilidade mais ampla não limitada simplesmente aos objetos da experiência: a respeito disso esperava Hume um esclarecimento. Estava em cogitação apenas a origem desse conceito e não sua utilidade indispensável [...]” (Immanuel Kant, “Prolegômenos”, cit., p. 9).

²⁸ Aqui, revela-se a concepção metafísica que Smith tinha do homem: um ser cuja essência é determinada pela busca da felicidade. Sua *Teoria dos sentimentos morais* tinha como tarefa a investigação da conduta humana, independentemente de toda e qualquer realidade histórica, e a busca de suas verdades.

²⁹ Segundo Weber, “a sociologia [...] significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la casualmente em seu curso e em seus efeitos” (Max Weber, *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. 1 (Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998), p. 3). Compreensão e explicação são dois momentos necessários para se interpretar a ação humana. Essa interpretação não tem nada a ver com qualquer esquema de revivência empática das ações alheias. Não é preciso ser César para compreender César. De acordo com Cohn, a compreensão da ação social, “[...] envolve, antes de qualquer suposta evidência imediata, dois recursos analíticos fundamentais: o acesso a um conhecimento nomológico, referente às regularidades observáveis da conduta dos agentes, e a construção de tipos. Ambos esses recursos, por sua vez, envolvem a consideração por valores, como princípios últimos orientadores da conduta: no primeiro caso, porque a observação de regularidades da conduta implica considerar as linhas alternativas de ação abertas para os sujeitos pelos valores vigentes no contexto em que agem; no segundo, porque é com referência a valores determinados, vigentes para o pesquisador, que se terão os critérios para os procedimentos seletivos inerentes à construção de tipos – e, sobretudo, que se despertará o interesse pela busca dos nexos causais entre os fenômenos (Gabriel Cohn, *Crítica e resignação: fundamentos*

da sociologia de Max Weber (São Paulo: T. A. Queiroz, 1979), pp. 81-82).

³⁰ Adam Smith, *Teoria dos sentimentos morais*, cit., p. 5.

³¹ *Ibid.*, pp. 5-6.

³² *Ibid.*, p. 6.

³³ John Stuart Mill, *A lógica das ciências morais*, cit., p. 59.

³⁴ *Ibid.*, p. 99.

³⁵ *Ibid.*, p. 101.

³⁶ Em sua leitura filosófica da teoria econômica neoclássica, Oliveira faz uma crítica à concepção ética dessa ciência, alegando tratar-se de uma concepção ética de caráter minimal, pois "seu único imperativo é a efetivação do mercado, que torna em princípio toda ética impossível, uma vez que o pressuposto da ética é a ação consciente e livre do indivíduo através de que ele toma posição a respeito das coisas e das pessoas, em última instância a respeito de si mesmo e de seu mundo, uma ação que não é predeterminada em relação ao que é ou pode ser feito, numa palavra, um processo não-coercitivo de auto-exteriorização aberto e espontâneo, enquanto aqui a liberdade é produto de um

mecanismo inconsciente, de um automatismo que libera o homem da deliberação a respeito das razões legitimadoras de seu agir e sobretudo do engajamento pessoal a partir de razões. Quanto mais ele se entrega a este mecanismo inconsciente superior, tanto maior será a possibilidade de sua realização como ser feliz e livre" (Manfredo Araújo de Oliveira, *Ética e economia* (São Paulo: Editora Ática, 1995), p. 65).

³⁷ "[...] o mercado é a instância originária da efetivação da liberdade humana: é o conjunto de instituições mercantis que garante a efetivação da liberdade. A liberdade não tem existência na vida do indivíduo isolado, mas na sua inserção nas instituições mercantis. Daí porque o mercado, enquanto conjunto dessas instituições, é a realidade da liberdade. Sua tarefa fundamental é tornar possível uma vida feliz e livre para os homens. Por essa razão é impossível pensar a vida dos indivíduos sem referência às instituições mercantis, pois elas constituem a vida e o ser dos indivíduos livres. O mercado é, ao mesmo tempo, a mediação intranscendível e a efetivação da liberdade dos indivíduos. É no mercado e através dele unicamente que o indivíduo pode chegar a uma vida em liberdade" (*Ibidem*).